



Boletim informativo

Curitiba, 31 de janeiro de 2013.

Nesta edição

1. Número de expedientes	03
2. Número total de correições e inspeções	03
3. Síntese das realizações da gestão	03
4. Região Heróis da Lapa	04
5. Armas em depósito	04
6. Juízes e Judiciário: histórias, casos, vidas"	04
7. Competência Delegada: Impacto nos processos da justiça estadual - I	05
8. Competência Delegada: Impacto nos processos da justiça estadual - II	05
9. Competência Delegada: Impacto nos processos da justiça estadual - III	05
10. Curso inédito de Técnico em Serviços Judiciários - I	06
11. Curso inédito de Técnico em Serviços Judiciários - II	06
12. Violência Doméstica	07
13. Central de Mandados	08
14. Formação Continuada na área da Infância e Juventude	08
15. Natal dos terceirizados	09
16. Papai Noel dos Correios	09
17. Mutirão no Complexo Penal de Piraquara	10
18. Felix Fischer recebe título de Cidadão Honorário	10
19. Sérgio Kukina é nomeado para o cargo de ministro do STJ	10
20. Lançamento da 9ª edição da Revista Toga e Literatura – especial Amapar	11
21. TRT4 promoverá Seminário	11
22. UFPR homenageia desembargadores graduados pela instituição	12
23. Calendário de Correições	13
24. Juízes de 1º grau exaltam o resgate da dignidade	14
25. Edições anteriores	14

Mensagem da Corregedoria-Geral da Justiça

Caro colega,

Chegamos à última edição do boletim, nesta gestão. Foram dois anos de publicação mensal ininterrupta.

Num breve balanço da gestão, merece destaque o fato de o TJPR ter sido o primeiro tribunal do país em produtividade em 2011 entre os 15 tribunais de grande e médio porte, assim considerados pelo CNJ (dados do 'Justiça em Números' de abril de 2012).

No ano de 2012, outro expressivo reconhecimento de âmbito nacional: analistas de tecnologia da informação de todos os tribunais avaliaram os sistemas em funcionamento e elegeram o PROJUDI-PR como o melhor processo eletrônico em funcionamento na Justiça Estadual, resultado que foi aprovado no Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais, realizado em novembro último, no Rio Grande do Sul.

Nenhum juiz paranaense foi punido pelo CNJ, que tem encaminhado todas as reclamações para apuração pela nossa Corregedoria. Nos dois últimos anos, nenhuma decisão de âmbito disciplinar tomada pelo TJPR foi reformada pelo CNJ. Todas as decisões, de aplicação de penalidade ou arquivamento, encaminhadas ao CNJ de ofício por força da Resolução nº 135 ou por inconformismo de algum interessado, foram confirmadas.

O gabinete dos juízes conta, no mínimo, com um assessor e um estagiário de pós-graduação, estrutura condizente com a elevada responsabilidade do cargo. Na entrância final, os juízes dispõem de mais um assistente. Houve redesenho das seções judiciárias e hoje a quase totalidade dos juízes substitutos atende, no máximo, quatro juízes titulares.

O TJPR é novamente tido como tribunal de vanguarda, apagando a má impressão deixada pela malsinada audiência pública feita em 2009, em Curitiba, pelo CNJ, e que não fez justiça aos juízes paranaenses.

Por onde se anda, o que se vê são juízes e servidores mais satisfeitos com as condições de trabalho e usuários dos serviços judiciários reconhecendo a melhoria na prestação jurisdicional.



Os avanços ocorridos no TJPR iniciaram-se em gestões passadas, posto que todos os presidentes anteriores lutaram para melhorar o orçamento, haja vista o que fez o Pres. Celso Rotoli de Macedo que, além disso, propôs o plano de carreira e melhorou a remuneração dos servidores, qualificando o quadro funcional. Estes avanços consolidaram-se na atual gestão, mercê do trabalho gigantesco realizado por todos os membros do Órgão Especial e Diretores de Departamentos, bem como do empenho de cada um dos membros da cúpula, e de seus competentes auxiliares, sob o comando do Presidente Miguel Kfourri Neto, que ditou o ritmo arrojado e veloz, mas responsável e determinado, que já faz parte da história do judiciário das araucárias.

O relacionamento harmonioso com os demais poderes de estado assegurou a aprovação das dezenas de projetos de lei que garantiram a nova configuração da estrutura judiciária.

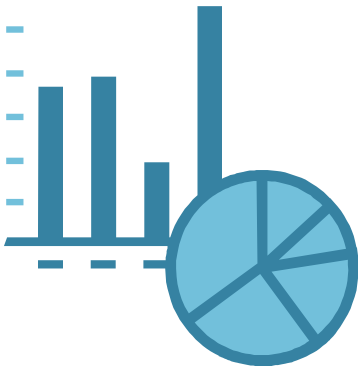
A transição está ocorrendo em plena normalidade e, mercê das elevadas qualidades de todos os dirigentes eleitos, vislumbra-se um período de grande prosperidade para a nossa querida Corte de Justiça.

Nosso muito obrigado a todos que nos honraram com a sua leitura e feliz 2013.

Noeval de Quadros
Corregedor-Geral

Lauro Augusto Fabrício de Melo
Corregedor da Justiça

*“Somos aquilo que fazemos
repetidas vezes. Portanto, a
excelência não é uma ação, e sim
um hábito”
(Aristóteles)*



1. Número de expedientes

No mês de **dezembro**, foram autuados na Corregedoria **245** processos novos.

Para o Corregedor-Geral foram encaminhados **520** processos diversos, para manifestação ou voto e para o Corregedor da Justiça, **328**.

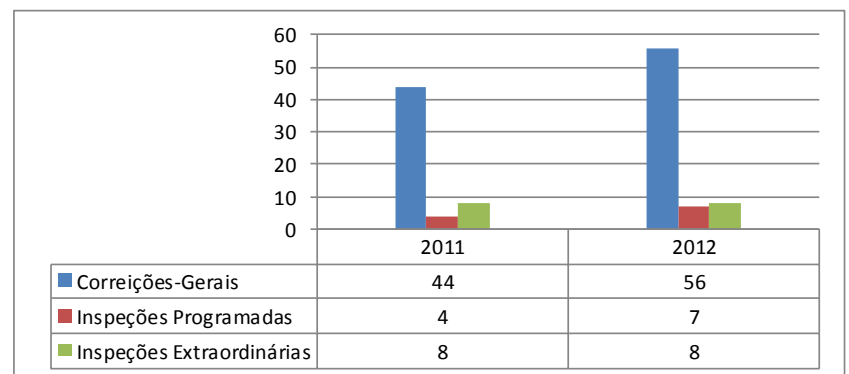
Foram proferidas **573** decisões monocráticas pelo Corregedor-Geral e **166** pelo Corregedor da Justiça.

No Conselho da Magistratura, foram relatados **11** feitos pelo Corregedor-Geral da Justiça e pelo Corregedor da Justiça, **11**.

Clique [aqui](#) para visualizar gráfico detalhado sobre a estatística da Corregedoria.

“Os livros não mudam o mundo. Quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas.”
(Mario Quintana)

2. Número total de correições e inspeções



Em 2012, houve correição em **62** Comarcas, compreendendo **141** Varas.

Houve também correição em **329** cartórios extrajudiciais das sedes e **118** cartórios distritais.

A Comarca de Curitiba teve todas as suas serventias, judiciais e extrajudiciais correicionadas no biênio.

3. Síntese das realizações da gestão

As realizações da gestão que se despede podem ser conferidas em relatório apresentado pela Corregedoria-Geral da Justiça, contendo a síntese das principais realizações da administração, referente ao biênio 2011-2012, que pode ser visualizada clicando [aqui](#).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Realizações da Administração do TJPR

Biênio 2011/2012

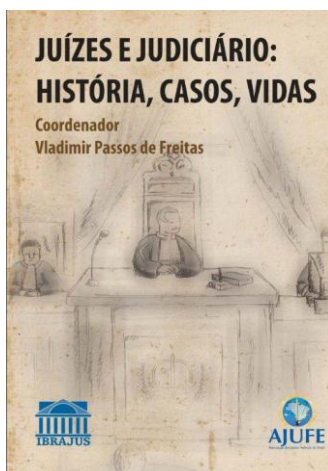
Infraestrutura Recursos Humanos

Ações Sistemas

Curitiba, 3 de outubro de 2012



“A única coisa que importa é viver honestamente, sem cometer injustiças, nem mesmo em retribuição a uma injustiça recebida.”
(Sócrates)



4. Região Heróis da Lapa

O Prof. Orlando Frizanco, servidor da Corregedoria, acaba de lançar o livro “Região Heróis da Lapa”, que preserva a memória dos heróis anônimos que participaram dos eventos históricos da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército.

O autor é Mestre em Educação e professor universitário, Oficial R/2 de Infantaria, gerente de projetos e coordenador ou colaborador de inúmeras outras obras jurídicas.

Além desse livro, o Prof. Orlando Frizando é autor de outros 15 livros, que podem ser conferidos clicando [aqui](#).

5. Armas em depósito

Reafirmando o que contém o Código de Normas, nos itens 6.20.11.2 e 6.20.11.3, a Corregedoria lembra aos juízes que nenhuma arma deve ficar depositada fora dos cofres e que a guarda dessas armas é de responsabilidade do Escrivão, sob a supervisão do juiz da Vara.

A remessa de armas para destruição pode ser feita a qualquer tempo e aconselhável é que isto aconteça assim que o laudo pericial venha aos autos.

O [Ofício-Circular nº 117/2012-CGJ](#) adverte que as armas pertencentes à Polícia Civil ou Militar devem ser devolvidas à corporação.

Quaisquer dúvidas, entrar em contato com a Assessoria Militar do TJPR via sistema mensageiro (✉ login: npc).

6. “Juízes e Judiciário: histórias, casos, vidas”

Autorizado pelo coordenador, Des. Vladimir Passos de Freitas, que foi Presidente do TRF-4ª Região, encaminhamos o link para o livro com o título acima, leitura saborosa de “causos” e temas do cotidiano forense.

Os casos pitorescos, muitos de fino humor, foram os premiados num concurso que pretende resgatar a cultura e a história judiciárias. Fica a sugestão para que certame semelhante se concretize na Justiça Estadual.

Acesse [aqui](#) o teor do livro.

7. Competência Delegada: Impacto nos processos da justiça estadual – I

Continua a luta do Colégio de Corregedores pela solução para os processos de competência delegada.

No VI Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Aracaju, em Novembro, o CNJ apresentou relatório da repercussão causada pelo quantitativo de processos que, não obstante tratem de matéria tipicamente federal, foram processados e julgados pela Justiça Estadual durante o período de 2009 a 2011.

Esse fenômeno processual é definido doutrinariamente como “delegação

de competência” e encontra previsão expressa no art. 109, § 3.º da Constituição Federal de 1988.

Baseou-se em informações solicitadas aos 26 tribunais estaduais (o TJDF ficou de fora, porque não desempenha delegação de competência da justiça federal).

Foram incluídas não somente as ações previdenciárias e as execuções fiscais, como todas as demais ações legalmente previstas, por exemplo, as ações de justificação. Apenas dois estados, Bahia e Pernambuco, não responderam à pesquisa.

8. Competência Delegada: Impacto nos processos da justiça estadual – II

A 3.ª Região, composta por São Paulo e Mato Grosso do Sul, concentra o caso mais expressivo, pois, globalmente, 26% dos processos são de competência delegada, sendo que, no TJSP, são 27% e, no TJMS, 14%.

Outros tribunais com percentual alto são: TJRO (22%), TJMG (17%) e TJTO (16%), todos na 1.ª Região da Justiça Federal.

O fato de apenas cinco em 24 tribunais superarem a média nacional de 12% demonstra assimetria na informação, ou seja, a média está muito impactada por casos isolados, mais especificamente pelo alto valor do TJSP.

Deve-se registrar que os 295 mil processos de competência delegada distribuídos nas varas estaduais em 2011, em face dos 11,2 milhões de casos novos de primeiro grau, produzem impacto de 2,6% nos casos ingressados na Justiça Estadual.

Esse número engloba apenas os processos de varas estaduais, sem considerar juizados especiais ou juizados adjacentes.

No Paraná, o registro feito pelo CNJ dá conta de que os processos de Competência Federal em tramitação no último dia do ano-base (estoque) eram de 15% em 2009, 15% em 2010 e 16% em 2011, em relação ao total de feitos.

9. Competência Delegada: Impacto nos processos da justiça estadual – III

O quantitativo de processos que tramitaram em 2011 na Justiça Estadual, em razão da competência delegada, representa 27% em relação à Justiça Federal. Isso explica, em parte, a razão de as causas tramitarem com maior celeridade na Justiça Federal porque sua estrutura permite melhor atendimento, enquanto a competência delegada incha as estatísticas

da Justiça Estadual e colabora para o aumento da taxa de congestionamento dos processos.

O Conselheiro Bruno Dantas, do CNJ, iniciou tratativas com o Congresso Nacional para propor emenda que garanta à Justiça Estadual os meios para cumprimento dessa delegação.



10. Curso inédito de Técnico em Serviços Judiciários – I

A Secretaria de Educação do Paraná estará oferecendo, em 2013, inicialmente em Curitiba e São José dos Pinhais, um curso inédito de aperfeiçoamento profissional, para aqueles que desejem ingressar no serviço público, ou aprimorar seus conhecimentos.

Por instâncias da Dra. Mídiã Monica de Oliveira Cruz, que já foi pedagoga da ESEJE e hoje atua junto ao SEED, foi aprovada a criação da primeira turma do “Curso Técnico” de Serviços Técnicos Judiciários, cuja demanda atende toda a esfera judicial, em serventias estaduais, federal, eleitoral, militar e do trabalho. E, ainda, no foro extrajudicial, em tabelionatos,

cartórios de registro civil e de imóveis e escritórios de advocacia.

Com a inclusão desse curso no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, do curso técnico em Serviços Judiciários, no eixo tecnológico de Gestão e Negócio, o Governo do Estado espera que essa demanda de formação seja atendida pelas instituições educacionais. Teremos, assim, estagiários ou assessores de nível médio mais preparados para as suas funções, o que atende às necessidades do Judiciário, notadamente nesta fase de expansão dos seus serviços, com a estatização determinada pela Constituição de 1988.

11. Curso inédito de Técnico em Serviços Judiciários - II

Em Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba, segundo relatório da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, os dados sugerem uma revitalização do ensino médio. A faixa etária que mais está sendo absorvida pelo mercado de trabalho é:

- 19 a 24 anos – **32,7%**
- 25 a 30 anos – **20,8%**
- 31 a 36 anos – **13,9%**

Em relação à escolaridade, **47,58%** destes que são colocados no mercado têm o ensino médio concluído, o que demonstra a necessidade de universalização da escolarização básica, fator de caráter excludente na seleção dos candidatos.

A oferta, portanto, de uma formação mais direcionada para o setor judiciário e que amplie a cultura geral do cidadão para os valores da ética e justiça, além de assegurar a formação inicial para ingresso nesta área profissional, também estará colaborando para a disseminação de valores essenciais para a vida em comunidade.

A SEED prevê prioridade para o atendimento a alunos cegos que manifestarem interesse pelo curso.

Outros dados do curso, que fará parte da rede oficial de ensino:

Carga Horária Total: 800h /aula

Módulos: Fundamentos do Direito, Fundamentos do Trabalho, Gestão da qualidade em serviços, Redação Jurídica e Linguagem Forense; Teoria Geral do Processo; Teoria do procedimento e ato processual; plano de estágio.

Regime de Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, período da noite como subsequente e no período da manhã, como integrado.

Regime de Matrícula: anual

Número de Vagas: 40 por turma

Período de Integralização do Curso: Mínimo 1(um) ano e máximo de 5 (cinco) anos

Requisitos de Acesso: Alunos Egressos do Ensino Médio ou equivalente.

12. Violência Doméstica



A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) teve intensa movimentação nos últimos meses.

O ápice foi o lançamento da campanha “Compromisso e atitude”, no Pleno do TJPR, em 14 de dezembro, presentes várias autoridades de todo o país. No Paraná, o CEVID tem como representantes as desembargadoras Rosana Amara Girardi Fachin, Denise Krüger Pereira e Lenice Bodstein, e as juízas Luciane Bortoleto, Suzana Massako Hiram Loreto de Oliveira e Zilda Romero.

No dia anterior, havia sido inaugurada, no 10º andar do Palácio da Justiça, a sala da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Família.

O horário de funcionamento da CEVID é das 12h às 19h.

A coordenadoria está à disposição para atender aos magistrados que quiserem orientação a respeito da aplicação da Lei Maria da Penha e também para esclarecer as dúvidas de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

O telefone de contato da CEVID é 3200-2259.

A competência especializada de Varas Criminais para atendimento à violência doméstica está expressa na Resolução nº 70, do Órgão Especial.

Clique [aqui](#) para ver o teor do documento.



13. Central de Mandados

Após intenso trabalho de colheita de sugestões e análise do atual sistema, o grupo presidido pelo Dr. Vitor Roberto Silva, Juiz Auxiliar da Corregedoria, concluiu o estudo sobre a Central de Mandados.

Aprovada pelo Órgão Especial, em sessão realizada em 10.12.2012, a proposta resultará na edição de Resolução a ser publicada em breve e estabelecerá a nova sistemática de distribuição de mandados, em todo o Estado.

Na mesma ocasião, o Órgão Especial aprovou também minuta de anteprojeto de lei que cria a estrutura da Secretaria da Direção do Fórum em todas as Comarcas e Foros do Estado do Paraná.

14. Formação Continuada na área da Infância e Juventude



No dia 14 de dezembro, os Des. Fernando Bodziak e Ruy Muggiatti concluíram a coordenação de mais um encontro regionalizado de formação na área da infância e juventude. Participou também o juiz Fábio Brandão, coordenador da área.



Foram realizadas palestras e discussões acerca dos temas: Convivência Familiar e Comunitária, Situação de risco e violência, e Socioeducação. Londrina foi o último polo de realização do evento que, desde o início de novembro, atingiu sete regiões do Estado, Curitiba, Maringá, Cascavel, Jacarezinho, Umuarama, Guarapuava, finalizando agora com a Comarca de Londrina e outras 16 comarcas próximas.

Nesse período, mais de 280 profissionais, dentre eles, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e assessores judiciários do TJPR, além de integrantes das redes de proteção das comarcas, participaram das atividades desenvolvidas.

15. Natal dos terceirizados



O Tribunal Pleno ficou lotado de funcionários terceirizados (ascensoristas, vigilantes, motoristas, agentes de limpeza, funcionários da copa e outros) que, na manhã de 13 de dezembro, foram os protagonistas da homenagem que o TJPR fez, agradecendo pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano.

Cerca de 300 pessoas receberam os agradecimentos da cúpula do TJ bem como da Presidência da AMAPAR, além de terem recebido a visita do Papai Noel azul, da CEF. Todos foram presenteados com apresentações musicais, por parte da cantora Nice Luz, acompanhada ao violão por Guego Favetti. Após, participaram todos de um café colonial, servido na esplanada do Prédio Anexo. Perto de 600 outros funcionários terceirizados, que não puderam comparecer, receberam mais tarde o seu panetone.

16. Papai Noel dos Correios

Os presentes correspondentes às 400 cartinhas das crianças de escolas públicas de bairros da cidade, que escreveram para o Papai Noel e foram escolhidas por magistrados, servidores e público externo, foram entregues aos Correios no dia 7 de dezembro.

Pelo segundo ano consecutivo, o TJPR participa desta campanha, em parceria com a AMAPAR, que apoiou a iniciativa. Ficam os agradecimentos pela adesão entusiasmada de juízes, servidores e advogados que, em pouco tempo, esgotaram todas as cartas que estavam na árvore de Natal do tribunal.



17. Mutirão no Complexo Penal de Piraquara

Durante os dias 12, 13 e 14 de dezembro, foram analisados processos e liberados **443** presos do sistema penitenciário. O mutirão, coordenado pelos juízes Moacir Dalla Costa e Eduardo Bueno Fagundes Jr, na companhia de promotores de justiça, servidores do TJ e da Secretaria de Justiça, agilizou os pedidos de benefícios em andamento, diretamente na unidade penal. A maioria dos casos atendeu ao exame dos requisitos legais para a progressão do regime semiaberto para o aberto. Em janeiro deste ano, houve nova edição do mutirão, com apreciação de mais de 300 processos e concedidos benefícios a 153 presos.

18. Felix Fischer recebe título de Cidadão Honorário



Em sessão solene realizada em 10.12.12, a Assembleia Legislativa do Paraná concedeu o título de Cidadão Honorário do Paraná ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Felix Fischer. Esse título transmite o reconhecimento pela contribuição que o homenageado deu ao Paraná, onde exerceu os cargos de promotor, de Procurador de Justiça e de professor universitário, ingressando no STJ em 1996, em vaga destinada ao Ministério Público.

19. Sérgio Kukina é nomeado para o cargo de ministro do STJ

Em 14 de janeiro de 2013, o procurador de Justiça Sérgio Luiz Kukina foi nomeado para uma das vagas de ministro do Superior Tribunal de Justiça pela presidente Dilma Rousseff. Com a posse, marcada para o dia 6 de fevereiro de 2013, o novo ministro ocupará a vaga deixada pelo ministro Hamilton Carvalhido, que se aposentou. Com 53 anos, Kukina é procurador de Justiça e atua no Ministério Público do Paraná desde 1984. Há 20 anos, ele atua na Coordenadoria de Recursos Cíveis do órgão e dentre suas especialidades estão o direito autoral e o direito da criança e do adolescente.



20. Lançamento da 9ª edição da Revista Toga e Literatura



Em 05 de dezembro de 2012, foi lançada pela Associação dos Magistrados do Paraná a Revista Toga e Literatura com o título “AMAPAR: 55 anos de história”.

A tradicional publicação cultural da magistratura paranaense, que tem artigos culturais, crônicas, pinturas e poesias de servidores do Poder Judiciário e magistrados, dedicou a nova edição especial à história de lutas associativas e do crescimento institucional da Amapar, fundada em 1957.

A editora da publicação é Chloris Elaine Justen de Oliveira, diretora do departamento de Arquivo e Memória da Amapar.

Na oportunidade, houve homenagem aos magistrados aposentados no ano de 2012.

21. TRT4 promoverá Seminário “Atualidade e Futuro da Administração da Justiça”

Em 15 de janeiro de 2013, começaram as [inscrições](#) para o Seminário “Atualidade e Futuro da Administração da Justiça”, que vão até o dia 05 de março.

Promovido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e pelo Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário, o evento é destinado a magistrados e servidores de todas as instâncias e ramos do Poder Judiciário do Brasil e demais operadores jurídicos.

O seminário será realizado nos dias 11 e 12 de março, na Sede do TRT4, em Porto Alegre/RS e o painel de abertura terá a presença do ministro do STJ Sidnei Agostinho Beneti e da administradora judicial canadense Cathy Hiuser.

Clique [aqui](#) para obter maiores informações sobre a programação.



22. UFPR homenageia desembargadores graduados pela instituição.

Desembargadores homenageados
Ângela Khury Munhoz da Rocha
Antenor Demeterco Júnior
Antônio Martelozzo
Augusto Lopes Côrtes
Cláudio de Andrade
Dulce Maria Sant'Eufêmia Cecconi
Edgard Fernando Barbosa
Eugênio Achille Grandinetti
Fernando Wolff Bodziak
Francisco Luiz Macedo Júnior
Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
Ivan Campos Bortoleto
Jesus Sarrão
João Domingos Kuster Puppi
Joatan Marcos de Carvalho
José Hipólito Xavier da Silva
José Joaquim Guimarães da Costa
Lenice Bodstein
Luiz Antônio Barry
Luiz Lopes
Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
Marcelo Gobbo Dalla Déa
Onésimo Mendonça de Anunciação
Paulo Roberto Hapner
Regina Helena Afonso de Oliveira Portes
Rogério Coelho
Rogério Luís Nielsen Kanayama
Ronald Juarez Moro
Rosana Amara Girardi Fachin
Ruy Francisco Thomaz
Ruy Muggiati
Silvio Vericundo Fernandes Dias
Sônia Regina de Castro
Telmo Cherem
Vilma Régia Ramos de Rezende



Em solenidade de 14 de janeiro, a Universidade Federal do Estado do Paraná, como parte das comemorações de seu primeiro centenário (19/12/2012), homenageou 35 desembargadores do TJPR, formados em Direito pela referida instituição de ensino, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça.

A sessão, conduzida pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfoury Neto, ocorreu no Pleno do TJPR. O desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, 1º vice-presidente do TJ e organizador da sessão, que foi o primeiro a receber o diploma de homenagem, expressou em seu discurso o: "(...) profundo preito de gratidão e orgulho de ter sido diplomado por essa instituição pioneira no Brasil (...)." Veja a íntegra do discurso clicando [aqui](#).

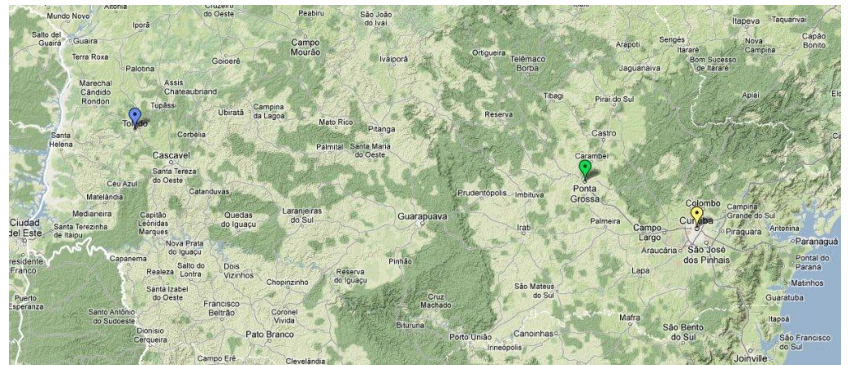
Por sua vez, o Des. Paulo Hapner, falando em nome do Tribunal, fez aprofundado estudo e brilhante exposição sobre o centenário da venerada instituição. Clique [aqui](#) para ver a íntegra do discurso.

Também presentes o corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros; o corregedor da Justiça, desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo e o secretário do TJ, Acir Bueno de Camargo.

23. Calendário de Correições

No mês de **dezembro**, foram realizadas as Correições indicadas abaixo:

DEZEMBRO 2012						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					



Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Foro Judicial

📍 04 e 05/12/12 – Centro de Apoio à Turma Recursal

Foro Extrajudicial

📍 04 e 05/12/12 – 7º e 8º Tabelionato de Notas

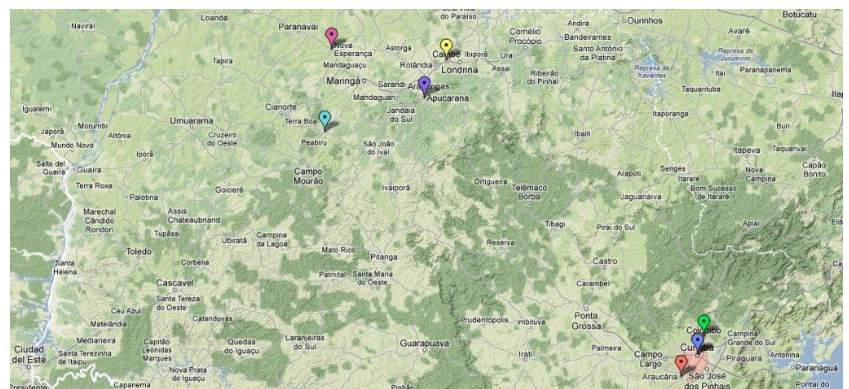
Interior (Foros judicial e extrajudicial)

📍 05/12/12 – Toledo (Inspeção)

📍 10 a 14/12/12 – Ponta Grossa

Para o mês de **janeiro** estão previstas Correições indicadas abaixo:

JANEIRO 2013						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	



Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Foro Extrajudicial

📍 24/01/2013 – Distrital de Santa Felicidade

Interior (Foros judicial e extrajudicial)

📍 14/01/2013 – Cambé (1ª Vara Cível)

📍 15/01/2013 – Apucarana (1º Tabelionato de Notas)

📍 16/01/2013 – Engenheiro Beltrão (Distrital de Fênix)

📍 16/01/2013 – Araucária (Vara Criminal)

📍 17/01/2013 – Nova Esperança (Distrital de Castelo Branco)

📍 22 e 23/01/2013 – Colombo (Correição)

*“A simplicidade é o último grau de sofisticação.”
(Leonardo Da Vinci)*

Clique [aqui](#) para saber mais sobre o calendário de correições e inspeções.

24. Juízes de 1º grau exaltam o resgate da dignidade

Em todas as Comarcas os juízes têm demonstrado satisfação com as medidas que foram tomadas nos últimos anos, visando melhorar a estrutura de trabalho.

Inúmeras manifestações, não só de juízes, como de promotores, advogados e membros do Executivo e Legislativo, reconhecem o esforço do Judiciário do PR. “Resgate da dignidade”, é como os juízes têm considerado.

Isso consta do discurso proferido pelo Juiz Diretor da Comarca de Londrina, a maior do interior do Estado, por ocasião da instalação da 2ª Vara da Infância e da Juventude e da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, em 17 de janeiro.

Acesse [aqui](#) a íntegra do discurso.

25. Edições anteriores do Boletim Informativo da Corregedoria-Geral

Confira aqui as edições anteriores do Boletim Informativo da Corregedoria-Geral da Justiça.

2011		2012	
Janeiro	Julho	Janeiro	Julho
Fevereiro	Agosto	Fevereiro	Agosto
Março	Setembro	Março	Setembro
Abril	Outubro	Abril	Outubro
Maio	Novembro	Maio	Novembro
Junho	Dezembro	Junho	Dezembro

Ano 2013 – Nº 01

Publicação Eletrônica Mensal da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Des. Noeval de Quadros, Corregedor-Geral da Justiça.

Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, Corregedor da Justiça.

Coordenação e Edição: Lenir Stival Possenti,
Simone Ribeiro Gama Triches,
Hayton Lee Swain Neto
